

Custos aplicados ao setor público: uma análise bibliométrica dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custos entre 2016 e 2018

Thiago Silveira Figueiredo Silva (CEFET-MG) - thiagosilveirafig@yahoo.com.br

Sofia Chaves Cardoso Eleutério (CEFET/MG) - sofiaeleuterio@outlook.com

Rayssa Rayane Rocha Rosário Araujo (CEFET-MG) - rayssa.rosario.sud@gmail.com

Fabício Molica de Mendonça (UFSJ) - fabriciomolica@yahoo.com.br

LIVIA MARIA DE PÁDUA RIBEIRO (CEFET-MG) - livia.padua2014@gmail.com

Resumo:

O presente estudo objetivou analisar a produção científica na área “custos aplicados ao setor público” do Congresso Brasileiro de Custos, no período de 2016 a 2018, de modo a traçar o perfil de pesquisa e suas contribuições para o setor. Para isso foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e analítica, utilizando a bibliométrica como técnica de pesquisa aplicada a 67 artigos que compõem o triênio estudado. Os resultados encontrados revelaram que: a) os artigos tem sido produzidos por 2, 3 ou 4 pesquisadores; b) o número de artigos por instituição de ensino superior tem variado, com destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina; c) o maior número de trabalhos na área tem sido desenvolvido na região Sul; d) há um equilíbrio entre o emprego das abordagens qualitativas e quantitativas; e) o tipo de pesquisa adotada tem apresentado equilibrada em relação às abordagens quantitativas e qualitativas com destaque para os temas: gastos públicos, gestão de custos, Lei de Responsabilidade Fiscal, accountability, Lei Orçamentária, Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) e normas contábeis. Percebe-se, então, que o tema tem despertado o interesse dos pesquisadores, sendo que, as temáticas abordadas estão alinhadas com os principais assuntos discutidos na área de gestão de custos na Administração Pública.

Palavras-chave: *Custos Aplicados ao Setor Público. Congresso Brasileiro de Custos. Bibliometria.*

Área temática: *Metodologias de ensino e pesquisa em custos*

Custos aplicados ao setor público: uma análise bibliométrica dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custos entre 2016 e 2018

Resumo

O presente estudo objetivou analisar a produção científica na área “custos aplicados ao setor público” do Congresso Brasileiro de Custos, no período de 2016 a 2018, de modo a traçar o perfil de pesquisa e suas contribuições para o setor. Para isso foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e analítica, utilizando a bibliométrica como técnica de pesquisa aplicada a 67 artigos que compõem o triênio estudado. Os resultados encontrados revelaram que: a) os artigos tem sido produzidos por 2, 3 ou 4 pesquisadores; b) o número de artigos por instituição de ensino superior tem variado, com destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina; c) o maior número de trabalhos na área tem sido desenvolvido na região Sul; d) há um equilíbrio entre o emprego das abordagens qualitativas e quantitativas; e) o tipo de pesquisa adotada tem apresentado equilibrada em relação às abordagens quantitativas e qualitativas com destaque para os temas: gastos públicos, gestão de custos, Lei de Responsabilidade Fiscal, *accountability*, Lei Orçamentária, Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) e normas contábeis. Percebe-se, então, que o tema tem despertado o interesse dos pesquisadores, sendo que, as temáticas abordadas estão alinhadas com os principais assuntos discutidos na área de gestão de custos na Administração Pública.

Palavras-chave: Custos Aplicados ao Setor Público. Congresso Brasileiro de Custos. Bibliometria.

Área temática: Custos aplicados ao setor público

1 Introdução

A Administração Pública, no que tange a gestão de custos, tem passado por reformas gerenciais a fim de melhorar o planejamento e o controle do orçamento. Isso porque, percebeu-se na sociedade brasileira crescimento da cobrança pelo emprego adequado dos recursos públicos e por maior transparência, o que exigiu dos governantes maior consciência de custos para obtenção de maior eficiência e efetividade no alcance dos objetivos das entidades (HOOD, 1995).

Desde então, superar os modelos tradicionais e burocráticos de Weber, caracterizados pelo aumento dos custos e pela baixa qualidade e ineficiência dos serviços, por meio da incorporação da tecnicidade nas ações dos gestores e da otimização da aplicação dos recursos públicos, tornou-se medida necessária (DI GIÁCOMO, 2005). Ademais, de acordo com Di Giacomo (2005), a aproximação da Administração Pública com as normas e práticas do setor privado pautada nos princípios do *New Public Management* (NPM) contribuiu positivamente com as reformas da contabilidade no setor público.

Nesse cenário, o uso de ferramentas de gestão de custos passou a ser estratégia de governantes a fim de profissionalizar a gestão pública, munindo-a de ferramentas gerenciais eficazes para fins de controle e tomadas de decisões diretamente ligadas aos setores de orçamento, contabilidade, finanças, patrimônio e controle interno. Por sua vez, o

fortalecimento da legislação e dos princípios fundamentais da contabilidade, como a criação da Lei de Orçamentos e Balanços e da Lei de Responsabilidade Fiscal, vem contribuindo para a obtenção de resultados satisfatórios e para melhor definição na tomada de decisão.

De acordo com Monteiro (2018), as reformas que a contabilidade pública vem passando estão sendo colocadas em debate por autores como Burns e Scapens (2000) e Verbeeten (2011). Por sua vez, na academia brasileira, percebeu-se crescimento da pesquisa voltada para área contábil a partir do surgimento e da qualificação de programas de pós-graduação na área de contabilidade bem como a partir do aumento da quantidade de congressos e periódicos científicos nessa temática.

Apesar de no cenário acadêmico brasileiro haver carência de estudos sobre a evolução e o perfil da pesquisa em custos no setor público, dificultando o aprofundamento da teoria e a efetiva mudança da realidade prática da contabilidade, a apresentação e o debate dos resultados de pesquisas científicas em congressos constituem etapa importante do processo de produção do conhecimento (CARDOSO; PEREIRA; GUERREIRO, 2007). Nesses eventos, pesquisadores e estudantes divulgam o que está sendo estudado de mais recente. O Congresso Brasileiro de Custos (CBC), por exemplo, criou a área temática denominada “custos aplicados ao setor público” especificamente para discutir trabalhos acadêmicos e técnicos que envolvem metodologias de custeio desenvolvidas e adaptadas às necessidades do setor público. O crescimento e fortalecimento dessa área estão relacionados ao número de artigos recebidos, aprovados e apresentados. Assim, surge a seguinte indagação: Quais os perfis de pesquisa em custos voltado para o setor público que estão sendo discutidas no Congresso Brasileiro de Custos?

Para responder essa questão é necessário desenvolver um estudo bibliométrico, visto que é o mais apropriado para analisar registros impressos, autores, citações, livros, artigos de revistas, referentes a um determinado assunto e, conseqüentemente, traçar o perfil e suas tendências.

Assim, este estudo tem por finalidade identificar, por meio de uma pesquisa bibliométrica, o perfil das produções científicas publicadas no Congresso Brasileiro de Custos no período de 2016 a 2018, que abordam a temática de custos aplicados no setor público, de modo a traçar o perfil de pesquisa e suas contribuições para o setor. Mais especificamente pretendeu-se: a) identificar a distribuição dos artigos por ano; b) levantar o número de autores por artigo e o número de artigos por autores; c) levantar o número de artigos por instituição de ensino superior; d) levantar o número de artigos por Unidade Federativa e; e) verificar o tipo de pesquisa adotada e a abordagem dos artigos.

2 Referencial Teórico

Nesta seção, foram apresentados os fundamentos teóricos que serviram de embasamento para o presente estudo.

2.1 A Nova Administração Pública

A Nova Gestão Pública (NGP) foi o processo de desencadeamento de medidas com o objetivo de profissionalizar a gestão pública, dando subsídios e ferramentas gerenciais eficazes. Essas técnicas são muito utilizadas no setor privado para fins de controle e tomadas de decisões diretamente ligadas aos setores de orçamento, contabilidade, finanças, patrimônio e controle interno.

Dentro dessa movimentação para implantação de novas práticas no setor público, o controle de custos foi um aspecto de destaque pelas novidades que foram apresentadas e exigidas das repartições públicas. Segundo Slomski et al. (2010), desde a década de 1960, o

tema de controle de custos é tratado pela legislação brasileira, reportando-se à Lei Federal nº 4.320/64, lei essa que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Apesar de essa lei contemplar aspectos como eventuais demonstrações que caberiam à contabilidade pública, evidencia-se, a falta de um detalhamento sobre a apuração de custos no setor público (MESSIAS; FERREIRA; SOUTES, 2018).

A movimentação em direção a NGP segue com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de iniciativa do Poder Executivo da União, que visou organizar as finanças públicas, à medida que estabelecia limites para os órgãos administrativos funcionarem. A LRF descreve os limites e metas de uma gestão administrativa, esclarecendo à União e aos demais órgãos da Administração Pública que as receitas e as despesas pertinentes a um investimento ou a uma captação devem ser úteis e planejadas, sendo considerada por Franco et al (2011) como uma revolução.

O texto da Lei incorpora o conceito de custos mediante a previsão do Art. 85, da Lei Federal nº 4.320/64:

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Segundo Siu (2011), a LRF foi um grande impulso nas questões de transparência, pois se previu de forma programática a publicidade de atos dos administradores em meios eletrônicos de acesso público. Além desse instrumento de visibilidade, foram reforçados outros indicativos de qualidade nos processos públicos, como por exemplo, implantação sistemas de controle de custos nos setores governamentais.

Nesse sentido, o entendimento da LRF pode ser combinado as novas tratativas relacionadas ao termo *accountability*. De acordo com Nakagawa, Relvas e Dias (2007, p. 92) “o conceito envolve a obrigação de se responder pelos resultados de decisões ou ações, frequentemente, para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento”.

Além dos instrumentos normativos específicos para o setor público, ocorreram mudanças gerais em termos de normas de contabilidade que também trouxeram mudanças e contribuíram para a legitimação da NGP. Segundo Messias, Ferreira e Soutes (2018), as recentes alterações na contabilidade pública brasileira, decorrem do movimento de convergência aos padrões internacionais e são formalizadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), como forma de melhorar a informação.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que no momento está na sua 8ª edição, aprovado pela Portaria nº 877/2018, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aborda o momento de convergência no qual o Brasil está passando:

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

As novas normas buscam a uniformização dos procedimentos contábeis para possibilitar a disponibilização de informações contábeis transparentes e comparáveis, resgatando o objeto da contabilidade pública, na busca por ações voltadas ao permanente desenvolvimento conceitual da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil.

2.2 Implantação do sistema de custos no setor público

De acordo com Messias, Ferreira e Soutes (2018), a contabilidade de custos no setor público é reconhecida como um vetor de melhoria para a gestão, no sentido de qualificar o processo de decisão. Conforme Monteiro e Pinho (2017), a “importância desta nova contabilidade é reconhecida por especialista da área e tem por grandes objetivos a melhoria na tomada de decisão, prestação de contas, planejamento do orçamento e controle”.

As ferramentas e metodologias de gestão de custos que buscam melhorar e otimizar o gasto do dinheiro público se destacam na NGP, especialmente em ambientes de recursos escassos, seja em países de terceiro mundo ou até mesmo em países desenvolvidos. No Brasil, a definição de uma ferramenta de apoio e controle dos gastos públicos demonstra avanço em relação à adoção de estratégias para gestão de custos e transparência das informações.

Nesse sentido, o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) é a ferramenta que foi adotada. Entretanto, enfrenta, assim como as demais mudanças oriundas da NGP, fatores dificultadores em contraponto aos benefícios da sua adoção. A Resolução nº 1.366/2011, do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC), estabeleceu a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público através do Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

A norma ainda estabelece que o SICSP deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento, devendo utilizar a mesma base conceitual caso se referiram aos mesmos objetos de custos, permitindo assim o controle entre o orçado e o executado. O processo de mensurar e de evidenciar os gastos deve ser realizado sistematicamente, fazendo da informação de custos um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuros.

Segundo a Resolução nº 1.366/2011 do CFC, item 3, o SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos tem por objetivo:

- (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
- (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
- (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
- (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;
- (e) apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

A norma reforça que para atingir os seus objetivos o SICSP deve ter tratamento conceitual adequado e abordagem tecnológica apropriada que propicie atuar com múltiplas dimensões (temporais, numéricas e organizacionais etc.), permitindo a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades-fim ou administrativas do setor público.

Além da norma tornar obrigatória a implementação do SICSP, outro ponto relevante é de que vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de transparência e prestação de contas, seja para controle interno, externo ou controle social. Além dos aspectos legais, a norma também destaca o valor da informação de custos para fins gerenciais. Sua relevância para o interesse público pode ser entendida pelo seu impacto sobre a gestão pública, seja do ponto de vista legal ou de sua utilidade.

2.3 Bibliometria

A bibliometria é um importante recurso no estudo da produção científica, onde busca-se quantificar dados referentes a um determinado assunto, utilizando-se de uma técnica capaz de medir a influência de pesquisadores ou periódicos, ao traçar o seu perfil e suas tendências, assim como evidenciar áreas temáticas. Segundo Pritchard (1969, p. 349) a bibliometria pode ser definida como “todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita”.

Para Lopes Piñero (1972), a bibliometria os seguintes objetivos: analisar o tamanho, crescimento e distribuição da bibliografia, além de estudar a estrutura social dos grupos que produzem e utilizam a literatura científica.

Outra função da bibliometria é a de verificar a forma como os estudos estão sendo discutidos na academia, já que ela faz o levantamento das áreas temáticas abordadas nas pesquisas. Dessa forma, é possível identificar e analisar o que está sendo explorado, identificando tanto autores que mais produzem, como também as instituições as quais estão vinculados os estudos (AHRENS; CHAPMAN, 2006).

Assim, o ponto central da bibliometria é a utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica:

Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejamos saber. (PRICE, 1976, p. 39).

Com relação aos benefícios na utilização dessa técnica, Santos e Rausch (2009) afirmam que a aplicação das técnicas bibliométricas para avaliar a informação registrada, apresenta-se como uma ferramenta importante para a análise de dados referenciais o que gera subsídios para o monitoramento.

Assim, pode-se dizer que os estudos bibliométricos, em geral, são utilizados para quantificar dados referentes a um determinado assunto que está sendo discutido em uma determinada área. O objetivo é analisar quais são as tendências da área estudada, as formas como estão ocorrendo, o interesse dos pesquisadores, a abrangência do tema, bem como verificar quais assuntos ainda estão atuais ou se tornaram ultrapassados.

3 Percorso Metodológico

A pesquisa possui uma abordagem de cunho quantitativo, no que tange o mapeamento realizado, e qualitativo, ao avaliar as informações recolhidas. Quanto à natureza dos objetivos metodológicos a pesquisa é descritiva do tipo análise documental RAUPP E BEUREN, 2006). Quanto as técnicas de coleta de dado, foi realizada um estudo bibliométrico, cujo objeto de análise foram os artigos apresentados e discutidos no Congresso Brasileiro de Custos (CBC), na área "custos aplicados ao setor público", no triênio 2016 a 2018.

A pesquisa bibliométrica pode ser definida como a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise trabalhos literários, surgindo assim para combinar, de forma quantitativa os resultados de vários trabalhos (PRITCHARD,1969). Para Chueke e Amatucci (2015), os estudos bibliométricos, ao sistematizar pesquisas realizadas em determinado campo, contribuem no mapeamento de conceitos já existentes na literatura, podendo apontar os principais atores da academia, envolvidos e citados na temática e as principais lentes teóricas e metodologias usadas. Ademais, a partir desse mapeamento, é possível acumular resultados para se chegar a uma apresentação mais técnica de conhecimentos no campo e assim levantar possíveis problemas a serem investigados em estudos futuros.

4 Análise de dados

Este capítulo apresenta os resultados obtidos após a catalogação dos dados e sua respectiva análise conforme o processo metodológico.

4.1 Distribuição dos artigos por ano

Tabela 1 - Quantidade de artigos por ano

Ano	Número de Artigos
2016	25
2017	20
2018	22
Total	67

Fonte: elaborado pelos autores

Ao se analisar de forma isolada, observa-se regularidade no número de artigos apresentados e discutidos no Congresso Brasileiro de Custos (CBC), na área "custos aplicados ao setor público", nos anos 2016, 2017 e 2018, conforme mostra a Tabela 1. A fim de comparar os dados obtidos na literatura existente, pode-se apresentar os resultados encontrados no trabalho de Oliveira et al (2013), que realizou uma bibliometria dos artigos publicados na área temática de custos aplicados ao setor público em 3 congressos diferentes, incluindo o CBC, e considerando o período de 2007 a 2011. Nos três últimos anos do período estudado por Oliveira et al (2013), foram identificados em média 31 artigos em cada ano, o que indica a diminuição dos trabalhos publicados nessa temática, quando comparados aos resultados obtidos no presente estudo.

Os dados obtidos também foram comparados com a quantidade de publicações em outra área temática do CBC. Especificamente no ano 2016, foram apresentados somente 11 artigos na área de "custos aplicados ao setor privado e terceiro setor", enquanto, na área de "custos aplicados ao setor público", foram apresentados 25 artigos. Em 2017 e 2018 foram apresentados 23 artigos em cada ano na área de "custos aplicados ao setor privado e terceiro setor" enquanto, para a área de "custos aplicados ao setor público", foram apresentados 20 em 2017 e 22 em 2018.

Salvo 2016, nos últimos dois anos, 2017 e 2018, nota-se semelhança no número de artigos apresentados para os dois temas, o que possivelmente indica nivelamento do grau de importância dada a estas áreas pelo próprio CBC e pelos pesquisadores.

4.2 Relação dos autores com os artigos e quantidade de artigos por autor

Com relação ao número de autores por artigo é possível observar que a maioria dos artigos apresentados foram desenvolvidos por 2, 3 ou 4 autores, representando mais de 80% do total da amostra analisada. Este tipo de composição não é comum apenas no Congresso Brasileiro de Custos, mas pode ser observada em diversos congressos e revistas do meio acadêmico. Foi então realizada uma análise nos extremos da amostra, ou seja, artigos com apenas um autor e artigos com seis autores, na intenção de identificar possíveis características específicas para esses casos (Tabela 2)

Tabela 2 - Quantidade de autores por artigo.

Número de Autores	Quantidade de Artigos	%
1	2	3%
2	18	27%
3	16	24%
4	20	30%
5	5	7%
6	6	9%
Total	67	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Os dois artigos apresentados por somente um autor apresentam similaridade em relação aos autores. Um deles foi apresentado por um aluno de mestrado que cursava disciplina isolada e o outro foi apresentado por uma mestranda à época em ciências contábeis, o que possivelmente explica a escolha em apresentar de forma individual nestes casos específicos.

No caso dos seis artigos que foram apresentados com o maior número de autores observa-se que em todos os casos a composição apresenta no mínimo dois professores de programas de pós-graduação em conjunto com alunos mestrandos ou até mesmo doutorandos. Esta constatação pode possivelmente explicar um número maior de autores, visto esta interação entre alunos e mais de um professor na elaboração dos artigos (Tabela 3).

Tabela 3 - Quantidade de artigos por autor

Autores	Quantidade de Autores	%
Com 1 Trabalho	164	85%
Com 2 Trabalhos	23	12%
Com 3 Trabalhos	3	2%
Com 4 Trabalhos	2	1%
Total	192	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Ao analisar o número de artigos por autor constata-se uma quantidade expressiva de autores diferentes, alcançando 192 pesquisadores. Mais de 85% destes apresentaram apenas 1 trabalho, o que pode levar a supor que o Congresso Brasileiro de Custos foi uma escolha isolada para a apresentação do artigo, sem que fosse realizada nenhuma análise aprofundada a respeito destas escolhas por não ser objetivo deste trabalho.

Por outro lado, observa-se que em torno de 15% dos autores, somando um total de 28, apresentaram mais de 1 trabalho no CBC, o que pode, possivelmente, representar uma valorização e um reconhecimento do Congresso como importante veículo de divulgação para a área de custos aplicados ao setor público. Destes 28 autores, 57% apresentaram mais de um artigo no mesmo ano enquanto 43% apresentaram seus artigos em anos distintos. Além disso, dos 3 autores que apresentaram 3 artigos cada, 2 deles apresentaram um artigo por ano, demonstrando uma possível valorização do CBC por parte destes autores (Tabela 4).

Tabela 4 - Autores com maior quantidade de publicações.

Autor	Instituição	Artigos
Fabiano Maury Raupp	UDESC	4
Fabricia Silva da Rosa	UFSC	4
Clóvis Antônio Kronbauer	UNISINOS	3
Daniele da Rocha Carvalho	UFRN	3
Jaime Crozatti	USP	3

Fonte: elaborado pelos autores

4.3 Artigos por instituição de ensino superior

Em relação à distribuição dos artigos por instituição foi considerada como base para a análise a instituição do autor principal do artigo. Isso posto, foi possível observar um vasto universo de instituições que tiveram trabalhos de seus representantes apresentados ao Congresso Brasileiro de Custos, somando 40 instituições distintas.

Tabela 5 - Quantidade de artigos por instituição

Instituição	Artigos	Instituição	Artigos
UFSC	7	PUC-PR	1
UFMG	4	SERPRO	1
UFPR	4	UFBA	1
USP	4	UFG	1
UDESC	3	UFMT	1
UFRN	3	UFPE	1
UFV	3	UFPI	1
UNIOESTE	3	UFRGS	1
UEL	2	UFRJ	1
UFC	2	UFSM	1
UFJF	2	UNEB	1
UnB	2	UNEMAT	1
CIOPAER	1	UNESA	1
FADERGS	1	UNIFAL	1
FEEVALE	1	UNIFEI	1
FIOCRUZ	1	UNIFESSPA	1
FIPECAFI	1	UNIFRA	1
FURB	1	UNIJUI	1
IBGE	1	UNOCHAPECÓ	1
IFAL	1	UNOESC	1
		Total:	67

Fonte: elaborado pelos autores

Como pode ser observado na Tabela 5, do total de 67 artigos da amostra, 12 instituições foram responsáveis por 39 artigos e 28 instituições foram responsáveis pelos demais. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a instituição que teve o maior número artigos apresentados, com sete artigos, representando aproximadamente 10% do total. Em seguida a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade de São Paulo (USP) apresentaram quatro artigos cada uma.

Pode-se observar também que dentre as instituições tem-se a CIOPAER, FIOCRUZ, IBGE e SERPRO que não são classificadas como instituições de ensino. Isso pode demonstrar o grau de importância do Congresso Brasileiro de Custos não só para as instituições de ensino, mas também para outras instituições que possuem interesse no tema de contabilidade e em especial na área de custos aplicados ao setor público.

Os dados aqui obtidos pode ser comparados com o estudo de Santos (2015), que analisou os artigos publicados no CBC dentro da temática de custos aplicados ao setor público abrangendo o período de 2011 a 2014 e identificou maior quantidade de publicações apresentadas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com 28 publicações, seguida pela Universidade de Brasília (UnB), com 23 publicações, depois USP com 22 artigos e a UFMG com 17 publicações. Verifica-se que a UFMG e a USP tomaram posições mais significativas no período analisado pelo presente estudo.

4.4 Artigos por região

Em relação à distribuição dos artigos no Brasil, foi considerado como base para a análise o Estado da instituição do autor principal do artigo. Destaca-se que três artigos foram classificados como “NACIONAL” por terem sido apresentados por instituições de abrangência nacional (Tabela 6).

Tabela 6 - Quantidade artigos por Unidades Federativas.

Unidades Federativas	Artigos
SC	13
MG	11
PR	10
RS	6
SP	5
CE	4
NACIONAL	3
RN	3
BA	2
DF	2
MT	2
AL	1
GO	1
PA	1
PE	1
PI	1
RJ	1
TOTAL	67

Fonte: elaborado pelos autores

A partir disso é possível observar que autores de todas as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), tiveram ao menos um artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Custos. Identifica-se também que houve autores de 16 diferentes Estados brasileiros e Distrito Federal (DF) que apresentaram seus artigos no Congresso Brasileiro de Custos entre 2016 e 2018, o que confirma uma representatividade de 58% dos estados brasileiros e o DF.

A região Sul destaca-se como a região com o maior número de artigos, ao todo 29, representando 43% dos artigos da amostra. Em seguida a região sudeste se apresenta com 17 artigos, representando 25% do total da amostra. Dessa forma, apesar do grande número de estados com artigos apresentados nota-se um predomínio dos estados da região sul e sudeste que representam somados aproximadamente 70% do total de artigos.

4.5 Tipo de pesquisa empregada nos artigos estudados

Em uma análise do tipo de pesquisa predominante nos artigos da amostra é possível verificar um equilíbrio em relação a abordagem quantitativa e qualitativa. Esse equilíbrio pode ser explicado pelo fato de o tema permitir que se façam análises sob as duas óticas, seja estudando algum caso específico, a fim de analisar determinado assunto a partir de dados numéricos para entender alguma tendência, por exemplo (Tabela 7).

Tabela 7 - Tipo de pesquisa por artigo.

Tipo de Pesquisa	Artigos	%
Quantitativa	32	48%
Qualitativa	35	52%
Total	67	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa forma não há predominância no tipo de pesquisa utilizada nos artigos, ao menos no universo do triênio 2016-2018 do Congresso Brasileiro de Custos na área de “custos aplicados ao setor público”, o que não se pode considerar um padrão para as pesquisas da área como um todo, visto que o objetivo do presente trabalho não era de comparar o resultado com outros congressos e revistas.

4.6 Temáticas abordadas nos artigos

Em relação às temáticas abordadas nos artigos, foram analisadas as seguintes: (i) gastos públicos, (ii) lei de responsabilidade fiscal, (iii) gestão de custos, (iv) accountability, (v) lei orçamentária, (vi) SICSP, e (vii) normas contábeis. Todas essas temáticas estão presentes no referencial teórico e representam parte importante no processo de gestão de custos do setor público. A seleção se deu pelos autores de forma subjetiva buscando elencar as principais temáticas com o referencial teórico (Tabela 8).

Tabela 8 - Temáticas abordadas nos artigos.

Temáticas	Artigos	%
Gastos públicos	43	64%
Lei de responsabilidade fiscal	38	57%
Gestão de custos	31	46%
Accountability	19	28%
Lei orçamentária	11	16%
Sistema de Informação de Custos do Setor Público- SICSP	8	12%
Normas contábeis	8	12%

Fonte: elaborado pelos autores

É possível observar que todas as temáticas selecionadas foram abordadas nos artigos mesmo que em diferentes graus de profundidade, comprovando que são assuntos relevantes e que estão em voga nas pesquisas recentes do tema.

Os destaques foram as temáticas “gastos públicos” e “lei de responsabilidade fiscal” que se fizeram presentes em mais da metade dos artigos analisados. Outra temática que se destacou foi a “gestão de custos” que se fez presente em 46% dos artigos. Outro destaque foi a do “Sistema de Informação de Custos do Setor Público - SICSP” que por ser um tema relativamente novo se fez presente em 8% dos artigos, demonstrando que as pesquisas estão acompanhando as evoluções do setor.

5 Considerações Finais

O estudo teve como finalidade, analisar por meio de uma pesquisa bibliométrica, a produção científica na área de “custos aplicados ao setor público” do Congresso Brasileiro de Custos, no período de 2016 a 2018, com a intenção de traçar o perfil de pesquisa e suas contribuições para o setor. Quando se imaginou a proposta deste estudo, a expectativa dos autores foi de encontrar um número restrito de artigos sobre a temática de gestão de custos na Administração Pública, visto que se trata de um assunto recente no cenário brasileiro.

A análise realizada dos artigos do CBC, do triênio 2016-2018, abrangeu um total de 67 artigos publicados na área temática de "custos aplicados ao setor público" e buscou-se identificar a distribuição dos artigos por ano, a relação dos autores com os artigos, os artigos por instituição, os artigos por região, os tipos de pesquisa e as temáticas abordadas nos artigos.

Em relação à quantidade de autores por artigo, foi identificado que os artigos são produzidos em sua maioria por 2, 3 ou 4 pesquisadores. A região com 43% de trabalhos aprovados é a Sul, sendo que no triênio analisado, a Universidade Federal de Santa Catarina teve 7 artigos selecionados, representando a instituição com maior quantidade de publicações no período analisado entre as 40 Instituições de Ensino Superior que aprovaram textos na área temática estudada.

As metodologias utilizadas pelos autores levam em consideração as abordagens, os procedimentos e os objetivos da pesquisa. Quanto aos tipos de pesquisa, 52% dos trabalhos foram quantitativos e 48% foram trabalhos qualitativos, demonstrando um equilíbrio em relação a abordagem.

Em relação às temáticas abordadas nos artigos foi possível verificar que todas as selecionadas e citadas no referencial teórico deste trabalho se fizeram presentes nos artigos, algumas em maior grau e outras em menor. Isso demonstra que os assuntos abordados nos

artigos estão em linha com as temáticas em voga na área de gestão de custos na administração pública.

Em termos gerais, a pesquisa constatou que o tema é de interesse dos pesquisadores e abrangente em termos de distribuição geográfica dos artigos apresentados. Foi possível verificar que diversas instituições tiveram artigos apresentados por seus representantes, o que demonstra a atualidade do tema e a sua importância no cenário nacional.

Assim, a presente pesquisa contribui para a literatura e produção científica, no sentido de fornecer direcionamento para futuras pesquisas que podem vir a ser publicadas no Congresso Brasileiro de Custos ou em outros anais. Além disso, este estudo contribui para complementar as pesquisas bibliométricas similares já realizada e contribui com um panorama das atuais pesquisas brasileiras sobre a temática de custos aplicados ao setor público.

Por fim, como limitação da pesquisa pode-se considerar a subjetividade no que concerne a escolha do evento e o período em análise, e, os resultados não podem ser generalizados, mas demonstram a importância e a diversidade na pesquisa em custos aplicados ao setor público. Como sugestão de pesquisas futuras, fica a de realização de pesquisas similares em outros congressos, nacionais e internacionais, a fim de se comparar os resultados.

Referências

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 de maio de 2000.

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 de março de 1964.

_____. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.366, de 02 de fevereiro de 2011. Sistema de Informação de Custos do Setor Público. **Diário Oficial da União**, 23 de abril de 2013.

_____. Portaria nº 877 de 18 de dezembro de 2018. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. **Ministério da Fazenda**, 2018.

AHRENS, T.; CHAPMAN, C. S. Doing qualitative field research in management accounting: positioning data to contribute to theory, **Accounting, organizations and society**, elsevier, 31(8), 819-841, 2006.

BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management accounting research**, 11(1), 3-25, 2000.

CARDOSO, R. L.; PEREIRA, C. A.; GUERREIRO, R. Perfil das pesquisas em contabilidade de custos apresentadas no EnANPAD no período de 1998 a 2003. **Revista de Administração Contemporânea**, 11(3), 177-198, 2007.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, 10(2), 1-5, 2015.

DI GIACOMO, W. O New Public Management no Canadá e a Gestão Pública Contemporânea. **Interfaces Brasil/Canadá**, 5, 155-170, 2005.

FRANCO, L. M. G.; DO NASCIMENTO, C.; ESPEJO, M. M. D. S. B.; VOESE, S. B. Sistemas de Custos: importância, viabilidade e utilidade na concepção dos agentes públicos do Estado do Paraná (Brasil). **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 7(2), 2013.

HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: variations on a theme. **Accounting, organizations and society**, 20(2-3), 93-109, 1995.

LÓPEZ PIÑERO, J. M. El análisis estadístico y sociométrico de la literatura científica. Valencia. **Centro de Documentación e Informática Médica**, 82 p., 1972.

MESSIAS, D.; FERREIRA, J. C.; SOUTES, D. O. Gestão de custos no setor público: um panorama de experiências internacionais. **Revista do Serviço Público**, 69(3), 585-604, 2018.

MONTEIRO, R. P. Análise Exploratória dos Fatores de Importância e Barreiras para a Implantação da Contabilidade de Custos no Setor Público Brasileiro. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, 4(1), 71-89, 2018.

MONTEIRO, R. P.; DA PINHO, J. C. Percepções de especialistas sobre o processo de mudança na contabilidade de custos no setor público do Brasil. **ABCustos**, 12(1) 106-136, 2017.

NAKAGAWA, M. M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 1(3), 83-100, 2007.

OLIVEIRA, S. C. M.; DE SOUSA BARBOSA, E.; REZENDE, I. C. C.; SILVA, R. P. A.; ALBUQUERQUE, L. S. Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público. **In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, 2013.

PRICE, D. S. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics. **Journal of documentation**, 25(4), 348-349, 1969.

RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, G. C. Análise bibliométrica dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de custos na temática ‘custos aplicados ao setor público’. **In Anais do Congresso UFU de Contabilidade**, 2015.

SIU, M. C. K. Accountability no setor público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção. **Revista do TCU**, (122), pp.80-89, 2011.

SLOMSKI, V.; CAMARGO, G. B. DE; AMARAL FILHO, A. C. C. DO; SLOMSKII, V. G. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria Geral do Município de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 933–957, 2010.

VERBEETEN, F. H. Public sector cost management practices in The Netherlands. **International Journal of Public Sector Management**, 24(6), 492-506, 2011.

Congresso Brasileiro de Custos